



Memorando de conclusões do workshop

«CUSTOS DE CONTEXTO TRANSFRONTEIRIÇOS PARA AS EMPRESAS»

Coimbra, 12 de Maio de 2011

O Prof. Alfredo Marques, Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR), deu as boas vindas aos participantes (lista em anexo) e fez o enquadramento do workshop.

A organização deste workshop sobre o tema dos «Custos de contexto transfronteiriços para as empresas», foi associada às comemorações do dia da Europa, celebrado a 9 de Maio, na medida em que a cooperação territorial europeia e, em concreto, a cooperação transfronteiriça, é um elemento essencial da construção europeia. Por outro lado, a CCDRC tem feito uma aposta estratégica na aproximação e colaboração com as suas regiões vizinhas de Castilla y León e Extremadura, que se traduziu no reforço das estruturas de cooperação – as Comunidade de Trabalho Região Centro – Castilla y León (CT CENCYL) e Alentejo-Centro-Extremadura (EUROACE), mas também na concepção e operacionalização de estratégias de cooperação:

- projecto MIT – Mobilidade, Inovação e Território (CT CENCYL);
- EUROACE 2020 – Uma estratégia para a próxima década (EUROACE).

Nas duas estratégias o aprofundamento da dimensão económica da cooperação, numa óptica de reforço mútuo da competitividade regional, em especial dos territórios mais próximos da fronteira tem um papel determinante. Áreas como a logística e o acolhimento empresarial, o empreendedorismo e o reforço de clusters empresariais, a inovação e a transferência de tecnologia das universidades para as empresas, o reforço e a colaboração entre pólos de desenvolvimento urbano ou a preparação de produtos turísticos conjuntos, são estruturantes e estão na base de vários projectos em concretização, financiados pelo Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha – Portugal (POCTEP 2007-2013).

O desafio de identificação e eliminação dos custos de contexto transfronteiriços, foi lançado pela Comissão Luso-Espanhola para a Cooperação Transfronteiriça (CLECT), órgão intergovernamental responsável pela supervisão e avaliação da aplicação da Convenção de Valência, assinada entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha sobre a cooperação transfronteiriça entre entidades e instâncias territoriais,



de 3 de Outubro de 2002, onde participa a CCDRCentro em representação da Região Centro.

A Comissão Luso-Espanhola criou um Comité Sectorial para identificar os custos públicos de contexto transfronteiriço (obstáculos de natureza administrativa à actividade das empresas e à qualidade de vida dos cidadãos no contexto transfronteiriço), bem como para apresentar propostas para a sua remoção, nomeadamente no quadro dos acordos que são estabelecidos entre os dois Estados nas Cimeiras Ibéricas.

Este Comité Sectorial, que envolve todas as regiões fronteiriças luso-espanholas (Galiza, Castilla y León, Extremadura e Andaluzia, de Espanha, e Norte, Centro, Alentejo e Algarve, de Portugal), pretende debruçar-se sobre várias temáticas: transportes e comunicações, saúde e protecção civil, serviços sociais e emprego, administração pública e inovação e desenvolvimento empresarial.

Por uma questão de operacionalização, cada Comunidade de Trabalho Transfronteiriça irá dinamizar a reflexão sobre algum daqueles temas, tendo como referência toda a fronteira luso-espanhola.

A Comunidade de Trabalho Região Centro – Castilla y León (CENCYL), ficou com o encargo de promover a reflexão sobre os custos de contexto transfronteiriços para a actividade empresarial.

Assim, durante os anos de 2011 e 2012 pretende realizar-se um conjunto de iniciativas de estudo, discussão e apresentação de propostas para a eliminação daqueles custos de contexto.

A CCDRC, detendo actualmente a presidência da Comunidade de Trabalho CENCYL, tem como um dos seus objectivos concretizar esta acção relacionada com os custos de contexto transfronteiriços para as empresas.

Com a organização, em concreto, deste workshop pretendeu-se realizar um debate/reflexão sobre os custos de contexto para as empresas, envolvendo as pessoas e instituições relevantes: representantes de organismos públicos ligados às empresas (como a AICEP, o IAPMEI, mas também a Agência para a Modernização Administrativa), de associações empresariais – nacionais e regionais – mas também e principalmente de empresários.

No caso de Espanha, estiveram presentes representantes de organismos públicos regionais ligados ao apoio às empresas da Junta de Castilla y León e da Extremadura. Neste workshop pretendeu-se identificar alguns dos pontos críticos para as empresas dos dois países no acesso ao mercado ibérico e no estabelecimento de formas de



cooperação empresarial, com especial enfoque nas pequenas e médias empresas e nos territórios mais próximos da fronteira, contando, para essa tarefa, com a experiência e conhecimento directo dos participantes.

Interveio, depois, Pilar Vaca Rodriguez, representante da Junta de Castilla y León, que fez um enquadramento sobre o trabalho do Comité Sectorial de Custos de Contexto e da abordagem que está programada.

Chamou à atenção para o facto de estarem a ser desenvolvidos trabalhos ao nível da Comissão Europeia e ao nível dos dois Estados Membros (EM), Espanha e Portugal, no sentido de identificar e eliminar alguns custos de contexto, nomeadamente, os custos de roaming nas comunicações entre os dois EM e a homogeneização da normativa da Segurança Social.

Assim, concluiu que é fundamental que as regiões, em contacto mais directo com os actores e com os seus problemas, dêem, também o seu contributo.

O território de fronteira das nossas duas regiões, em particular, são territórios com problemas de despovoamento e com níveis de rendimento baixo, entre outras situações, pelo que se torna ainda mais pertinente identificar e contribuir para a eliminação das barreiras que possam constituir obstáculos à instalação de empresas nestes territórios.

Quanto aos trabalhos que foram desenvolvidos no âmbito do Comité de Custos Públicos de Contexto, destacam-se:

- i) em Novembro de 2009 teve lugar a 1ª reunião, tendo sido definido que cada área de cooperação deveria trabalhar os custos relativos a um tema e dever-se-iam identificar as regiões que coordenariam os trabalhos; Castilla y León e Galiza ofereceram-se para coordenar os trabalhos pelo lado espanhol e o Centro e o Norte pelo lado português farão o mesmo papel.
- ii) realizaram-se, posteriormente, mais 4 reuniões com todas as regiões, no âmbito das quais foi definido o objecto e as principais áreas de trabalho, bem como as regiões que se responsabilizam por cada uma delas. De referir que, independentemente da região que seja responsável pelo tema, a abordagem seria, sempre realizada para a totalidade da fronteira.

No caso concreto do tema em debate “Custos de Contexto Transfronteiriços para as Empresas”, o objecto de trabalho foi definido de forma alargada como sendo: “custos acrescidos que uma empresa tem pelo facto de se instalar no território transfronteiriço ou por desenvolver comércio transfronteiriço, por comparação com outra que desenvolve a sua actividade em zonas não transfronteiriças.”



Porque nem sempre é fácil perceber o que está em causa, a Junta de Castilla y León reuniu com as entidades que trabalham e acompanham as áreas empresariais e já identificaram algumas questões que urge resolver:

- redução das comissões bancárias para o mesmo nível das operações nacionais;
- barreiras ao comércio electrónico, quer psicológicas, quer reais, uma vez que em caso de incumprimento e/ou reclamações a situação só pode ser resolvida por tribunais europeus, o que, de facto, constitui uma barreira significativa;
- simplificação das normas transfronteiriças para os distribuidores, IVA, taxas de reciclagem, direitos de autor – há muitas situações de duplicação de taxas;
- a questão dos custos dos combustíveis que implicam, nomeadamente, custos diferenciados nos transportes;
- diferenças nos sistemas de segurança social, entre outros.

Por último é importante ter a noção que existem outros grupos de trabalho que se debruçam sobre outros custos de contexto, com os quais depois será necessário harmonizar os trabalhos.

O Prof. Alfredo Marques retomou a palavra para abrir o debate e lançou algumas questões:

- Além das entidades que estão representadas no workshop, seria pertinente envolver outras, quais?
- É pertinente fazer a distinção entre grandes empresas e PME, os custos serão diferentes? As soluções devem ser diversas para estas duas situações?
- Os custos existentes são recíprocos e equivalentes ou existe assimetria e um dos lados da fronteira tem mais custos que o outro?
- As políticas públicas, nomeadamente as macroeconómicas e, dentro destas, a política fiscal, contribuem para acentuar os custos de contexto?
- Os aspectos administrativos, a simplificação das normas ou a sua harmonização, constituem custos de contexto que podem ser eliminados?
- Os sistemas de incentivos, na medida em que estes existem para atenuar desvantagens competitivas, nos territórios de fronteira deveriam ser harmonizados, precisamente para servirem esse efeito e não para o acentuar?
- As questões da mobilidade e das comunicações ainda são um entrave para as empresas?



Foi dada a oportunidade a todos os participantes de fazerem as suas intervenções, das quais se apresentam os contributos essenciais:

AICEP, Madalena Oliveira Silva

Esta entidade faz o acompanhamento das empresas e dos seus problemas e tem, também, uma área de trabalho destinada aos custos de contexto, cujo conceito é o mesmo que aqui foi apresentado. A identificação dos custos é feita através do contacto com as empresas e com as associações sectoriais, em particular através das suas solicitações concretas.

Manifestaram disponibilidade para trabalhar com a CCDR nesta tarefa e colaborar na identificação de soluções.

Algumas das situações já identificadas:

- aspectos administrativos, número de procedimentos e timings, nomeadamente no que se refere a licenciamentos e criação de empresas. A título de exemplo a Dr.^a Madalena Silva referiu os dados de um estudo realizado em 2005 que evidenciava algumas discrepâncias entre Portugal e Espanha: a criação de uma empresa implicava, em Portugal, 11 procedimentos para um timing de 54 dias quando em Espanha, para situação equivalente, os procedimentos eram 10 e demoravam 24 dias (a média da OCDE era de 19 dias);
- transposição das directivas comunitárias, nem sempre são feitas nos mesmos timings e muitas vezes são transpostas de forma diferente o que tem implicações nas relações bilaterais;
- sistemas de incentivos: têm muitas implicações, basta que o seu funcionamento seja diverso para criar assimetrias (se funcionam por concurso, a periodicidade dos mesmos, etc.), podem, de facto, ter implicações nas condições de competitividade e concorrência;
- a experiência que têm é de que os custos são assimétricos. Os custos de Portugal são específicos e deve trabalhar-se internamente no sentido de os resolver;

AMA – Agência para a Modernização Administrativa, Filomena Figueiredo

O trabalho que desenvolvem tem implicações nestas áreas, nomeadamente no que se refere aos custos administrativos, embora seja muito perspectivado para o mercado interno.

- são a entidade responsável pela transposição da directiva serviços (uma parte) que vai ter implicações em vários procedimentos;



- implementaram o balcão do empreendedor para tentar abreviar processos de licenciamento;
- está em fase de implementação o balcão único online que será disponibilizado em Português, Inglês e Castelhana. Este balcão implica o envolvimento das Câmaras Municipais e deverá contribuir para a redução de custos administrativos;
- estão a trabalhar no Diploma de licenciamento zero, no sentido de eliminar alguns licenciamentos e taxas. Encontra-se ainda em fase de projecto-piloto e está a ser trabalhado com 5 municípios, prevendo-se o seu alargamento nacional até ao final de 2012;
- foi lançado o SIMPLEX das exportações, com 12 medidas, sendo que pelo menos uma delas é feita em colaboração estreita com Espanha que tem a ver com a questão do reconhecimento recíproco das patentes;
- está também em lançamento o SIMPLEX do Mar que tem a ver com actividades como a pesca, embarcações de recreio, etc., e que também trará redução de custos administrativos;

Por fim, é importante referir que de acordo com a Comissão Europeia, até ao final de 2012 deverá haver uma redução, em todos os Estados Membros, dos custos administrativos das empresas em 25%. A avaliação destes custos está a ser feita através de uma metodologia específica e está, especificamente, a ser aplicada às medidas SIMPLEX, para avaliar a sua eficácia, podendo ser utilizada noutras situações, caso se considere pertinente e útil.

Empresa TMMG, João Ferreira – Empresário do Fundão do sector dos transportes
Identificou a questão dos custos de transporte que se colocam, especificamente, às PME da Cova da Beira e que seriam facilmente resolvidos com 70 km de estrada com condições de trânsito para camiões que fizesse a ligação directa a Cáceres e daí a Madrid.

A inexistência desta ligação obriga a um prazo de 72 horas para a efectivação das entregas, bem como a custos acrescidos na criação de estruturas em Espanha e a maiores deslocações.

AEP, José António Barros



A AEP, designadamente através do Conselho Superior Associativo, onde participam 126 associações sectoriais e regionais tem debatido estas questões. Destacou alguns dos pontos que são urgentes e passíveis de ser resolvidos de uma forma mais simples:

- mobilidade: seria importante que fossem concluídas/realizadas ligações rodoviárias transversais transfronteiriças ainda em falta;
- requalificação da ferrovia: não é possível pensar, com a situação económica e financeira actual, na alta velocidade ou na mudança de bitola. Mas a requalificação da rede actual é possível e fundamental;
- reactivar as plataformas logísticas existentes e reforçar a articulação com os portos: foi mencionado como exemplo o caso específico da Plataforma Logística da Guarda;
- compatibilização dos sistemas de pagamento nas auto-estradas portuguesas e espanholas. É uma situação simples e que traria uma redução de encargos aos dois lados da fronteira;
- articular a transposição das directivas comunitárias, não só nos timings de transposição, mas também nos termos da regulamentação;
- implementar o mercado único de energia – já criado mas que ainda não funciona;
- implementar um projecto de mobilidade eléctrica transfronteiriça. Este projecto já foi sinalizado junto dos dois estados Membros;
- operacionalização da livre circulação de trabalhadores, o que implica, não só o ajustamento dos sistemas de segurança social e seguros, mas também o reconhecimento recíproco de qualificações e competências;
- criação de uma base de dados comum de oferta e procura de mão-de-obra – rede tipo EURES (rede europeia de serviços de emprego);

CEC – CCIC, Rogério Hilário

O CEC-CCIC, na medida em que representa o tecido empresarial da região Centro, conhece as necessidades que são sentidas, designadamente pelas empresas localizadas no território transfronteiriço.

Concorda com todos os pontos que foram referidos, designadamente pelo Presidente da AEP, reforçando algumas questões:

- é importante considerar as PME e as grandes empresas como públicos distintos, dando particular atenção às PME, uma vez que os problemas, incluindo os



- administrativos e de mobilidade, são diferentes e a capacidade de os ultrapassar também;
- ao nível da fiscalidade, embora seja uma questão mais difícil de resolver, dever-se-ia tentar atenuar os seus efeitos, sendo uma possibilidade o crédito fiscal;
 - o reconhecimento dos licenciamentos e certificações recíprocos;
 - mobilidade: a questão da compatibilização dos sistemas de cobrança de portagens;
 - harmonização dos incentivos às empresas;
 - envolver os municípios neste trabalho, pelo papel que têm na definição da estratégia de desenvolvimento, mas também nos licenciamentos.

Global Molde – Ana Paula Silva

Da experiência que tem de trabalhar no mercado ibérico destaca algumas questões que seria importante solucionar:

- aprovação de linhas de crédito bonificado para o mercado ibérico, à semelhança das existentes para outros territórios como por ex. o Magreb;
- tendo em conta a situação económica e financeira de Portugal neste momento, as exigências de garantias bancárias aumentam consideravelmente os custos imputados à produção, reduzindo a capacidade competitiva das empresas portuguesas; seria importante encontrar uma solução/acordo;

Direcção Regional de Economia do Centro, Armando França

Uma vez que uma das áreas de intervenção das DRE é o licenciamento (industrial, comercial, qualidade, geologia e energia), concorda com as posições defendidas por anteriores intervenções, nas quais foi sugerida a harmonização de custos e procedimentos nos dois lados da fronteira.

Considera importante o envolvimento das Câmaras Municipais, directamente, ou através da Associação Nacional de Municípios.

Refere, igualmente, que a oportunidade de desenvolver este trabalho deve ser aproveitada da melhor forma, envolvendo os parceiros adequados e procurando ser exaustivo na identificação de todos os potenciais custos.

NERCAB, João Neves – Empresário na área de produtos pré-fabricados em betão

Concorda com todos os pontos que já foram identificados.



Com base na sua experiência pessoal de exportador de produtos considera que existe algum proteccionismo informal dos produtos espanhóis em Espanha, o que não acontece em Portugal, pelo menos ao mesmo nível.

IAPMEI, Manuel Morais

Referiu a importância que tem o apoio ao nível das competências do capital humano nas empresas, tão ou mais importante que o acesso ao capital financeiro.

Deu um exemplo de uma microempresa raiana que pelas dificuldades burocráticas que lhe foram levantadas em Portugal, optou por criar a empresa do outro lado da fronteira. Seria importante a harmonização dos procedimentos, tal como já foi referido. Considerou muito importante que se tenha em conta as micro e pequenas empresas, bem como tipologias específicas, uma vez que PME é um conceito demasiado abrangente que não traduz a diversidade existente.

Associação Nacional de PME, José Domingos dos Santos

Todos os contributos e situações identificadas são pertinentes e importa fazer uma reflexão atenta e criteriosa, de forma a poder tirar o máximo partido de tudo o que foi dito.

Vai remeter uma Newsletter a todos os associados a dar conta dos elementos debatidos neste workshop e solicitar contributos para depois disponibilizar ao grupo de trabalho.

Na zona da raia encerraram muitas empresas, pelo que qualquer informação ou melhoria de condições que possam contribuir para uma retoma, quer do lado português, quer do lado espanhol, é vital para a dinâmica sócio-económica daqueles territórios.

CARLOS BARATA - Distribuição Alimentar, Vasco Barata

A questão da mobilidade é muito pertinente. Seria importante que houvesse uma discriminação positiva daqueles territórios. Concorda com o facto das portagens serem inevitáveis. Contudo, os custos previstos implicam um custo/km superior ao eixo norte-sul, quando deveria ocorrer precisamente o inverso.

Lembrou que a Agenda PME está a ser debatida em Bruxelas e é muito importante estar atento.

Considera que seria importante discriminar micro e pequenas empresas das restantes PME.



No final das intervenções, o Prof. Alfredo Marques fez uma breve síntese das principais áreas onde foram identificados custos de contexto transfronteiriços para as empresas:

1. Licenciamentos: burocracia e assimetrias existentes;
2. Transposição de directivas comunitárias: timings e respectiva regulamentação;
3. Seguros de crédito;
4. Sistemas de incentivos: nível e modo de funcionamento, incentivos à internacionalização: a Espanha, além de ter incentivos disponibilizados pelo governo central e pelos governos regionais, aproveita até ao limite a margem de liberdade definida pela Comissão Europeia; no caso de Portugal isso não se verifica, pelo que a discrepância é muito grande;
5. Mobilidade: a questão de haver uma grande carência de ligações rodoviárias transversais. Exemplo concreto na região Centro: o IC8, IC6 e o IC31 que são fundamentais na ligação do litoral da região à fronteira e a Espanha;
6. Fiscalidade: embora seja uma área difícil, se os dois Estados tivessem vontade seria possível atenuar os efeitos e definir medidas de harmonização;
7. Plataformas logísticas: há, igualmente, uma grande assimetria. Do lado espanhol, no caso concreto de Salamanca, a plataforma está em pleno funcionamento enquanto do lado português, a plataforma da Guarda encontra-se estagnada;
8. Via verde: é um bom exemplo de má capacidade de venda dos nossos bons produtos. Poderia ser criado um sistema compatível que facilitasse muito a mobilidade e as trocas comerciais, evitando alguns dos constrangimentos existentes;
9. Mercado ibérico de energia;
10. Mobilidade eléctrica conjunta: a escala é fundamental a qualquer projecto económico, e, neste caso específico, todos teriam vantagem em implementar conjuntamente;
11. Mercado de trabalho: livre circulação; reconhecimento de qualificações/competências; base de dados conjunta da oferta de mão-de-obra e de emprego;
12. Assimetrias nas certificações exigidas às empresas e também as questões relacionadas com a fiscalização;



13. Estender o convite às autarquias para estarem presentes em futuras reuniões e envolvê-las em todo processo, até porque têm responsabilidades em muitas das áreas identificadas;
14. Financiamento: existem assimetrias entre Portugal e Espanha e também entre micro, pequenas e médias empresas, pelo que estas tipologias devem ser consideradas de modo a ter em conta as suas especificidades.